

QUESTÕES REGIONAIS E URBANAS

Carlos Wagner de Albuquerque de Oliveira*

Nas últimas duas décadas pôde-se observar um avanço significativo no processo de integração econômica das nações capitalistas e de algumas economias até então bastante autárquicas. Em parte, essa tendência de globalização tem-se mantido devido a uma série de fatores, entre eles a relativa estabilidade política em que se mantêm os países do Ocidente e do Leste Europeu (principalmente Estados Unidos e antiga União Soviética); o desenvolvimento de tecnologias de comunicação; e o esgotamento do sistema produtivo inspirado nos modelos fordistas. Contudo, o adensamento dos mercados via um aumento do grau de abertura econômica de um país ou região tem inúmeros efeitos sobre as economias da região. Efeitos esses que tanto podem dinamizar a estrutura produtiva e promover o desenvolvimento equilibrado e competitivo, mas que também podem ser fator de entrave. A força de um mercado denso está na sua capacidade de criar espaço para a ampliação de diversidades produtivas, inovações e aceleração do progresso tecnológico, melhor divisão e maior mobilidade do trabalho e aumento de produtividade. Mas isso também pode significar um aumento das disparidades entre as economias integradas a esses mercados, uma ocupação desordenada do solo, crescimento desordenado de cidades, ampliação além do tamanho ótimo dos centros urbanos, congestionamentos físicos e outros tipos de mazelas como, por exemplo, favelização, danos ambientais e surgimento de epidemias.

A exposição da economia brasileira a um mercado externo competitivo pode ser fator de busca de melhor produtividade e de reafirmação em mercados nos quais o país tem vantagens comparativas, mas também pode desestruturar determinados setores produtivos e alterar a distribuição da renda de seus cidadãos tanto em nível pessoal quanto funcional.

Certamente, dentro do contexto de um mercado mais integrado, há regiões que se ajustam com maior velocidade e conseguem extrair bons frutos do mercado globalizado. Há também aquelas que, devido ao baixo estoque de capital físico e humano, à falta de escala de produção, à desorganização institucional e mesmo por opção política, não conseguem se integrar ao mercado mundial e, por isso, ficam condenadas a permanecer na cauda esquerda de uma distribuição de renda.

Mas antecipar tais alterações e identificar quais os perdedores e quais os ganhadores nesse processo gera um grau muito alto de frustração e certa sensação de incapacidade dos estudiosos e, por isso, se torna um desafio constante.

* Da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos do Ipea.

Em nível teórico, até recentemente as pesquisas tanto em economia urbana quanto em economia regional não eram o principal foco das ciências econômicas. A necessidade de sustentação de pressupostos como existência de retornos constantes de escala e competição perfeita era o ponto nevrálgico para o avanço das ciências regionais e urbanas. Com a nova geografia econômica o panorama mudou. Essa mudança se acentua nos estudos que contrapõem as externalidades marshallianas às deseconomias de aglomeração ou algum tipo de congestionamento. As teorias que compõem o núcleo rígido da nova geografia econômica destacam a importância dos rendimentos marginais não-decrescentes para os fatores de produção e retornos crescentes de escala, e criam a possibilidade teórica para múltiplos equilíbrios, explicando tanto a existência de redes de cidades – e não somente a distribuição das atividades – quanto a diversidade da base industrial desse conjunto de cidades e a distribuição de trabalhadores qualificados no território.

Mudanças de interpretação dos problemas regionais, seja em nível teórico ou empírico, impõem-se. O Ipea entende, portanto, que a questão regional e urbana ocupa um importante espaço dentro de uma perspectiva do desenvolvimento de longo prazo. É com essa perspectiva que a Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) se vê diante do compromisso de elaborar, editar e divulgar semestralmente um boletim que absorva tais questões. No âmbito do Ipea, este boletim contemplará as cinco áreas que estruturam os estudos regionais e que se fazem representar na forma de coordenações inseridas na Dirur, que são: estudos regionais; estudos intra-urbanos; redes de cidades; meio ambiente; e federalismo. Esta publicação também abre espaço para colaborações externas, fundamentais para a identificação da leitura de outros atores (acadêmicos, *policy makers* e pensadores livres) sobre os problemas regionais.